

CRÍTICA

ENTREVISTAS

LEITORES

LEITURAS

ESPAÇOS DE LEITURA

HISTÓRIA DA LEITURA

LEITURA LITERÁRIA

POLÍTICA DE LEITURA

TEORIA DA LEITURA

LIVROS

MERCADO

PALAVRAS-CHAVE

Contos de fada Jovens

leitores Literatura

indígena Mercado

Literatura juvenil Livros

primeira infância Autor &amp;

Ilustrador Referência

LLJ Promoção da Leitura

Conversas ao Pé da Página

2012 Literatura juvenil;

Edição Casa de Livros

Livros infantis e juvenis

Flashbook – leituras a céu

sereno Promoção do livro

infantil e juvenil

Tradutores Leitor

Seminários História do

livro ilustrado Formação

crítica Leitura; Livros para

crianças e jovens Editoras

de LLJ Políticas de leitura

Bibliografia

LEITURAS | ABRIL 2015

## Ler para quê?

### Fronteiras e horizontes

POR CONSTANTINO BÉRTOLO



Nasceu em Lugo, na Espanha, em 1946. É editor e crítico literário, formado em Filologia Hispânica pela Universidad Complutense de Madrid. Foi diretor editorial da editora Debate e diretor literário da editora Caballo de Troya. Colaborou, como crítico, em vários órgãos de imprensa, como *El Urogallo*, *El País* e *El Independiente*. Um dos fundadores da Escuela de Letras de Madrid, onde foi professor, Bértolo também lecionou na Universidad Pompeu Fabra de Barcelona e na Universidad de Salamanca. Em 2009 recebeu o prêmio Periodístico sobre Lectura da Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Escreveu vários livros, entre eles *O Banquete dos notáveis* publicado na

coleção Revista Emília e Livros da Matriz (2014).

*esse vício refinado e impune, essa egoísta,  
serena e duradoura embriaguez.*

Logan Pearsall Smith

### 1. Ler para quê?

Aqueles tempos, não tão distantes, sobre os quais recaíam as leituras suspeitas e os anátemas são, atualmente, matéria de esquecimento ou assunto proibido. A sociedade em seu conjunto vê a leitura como uma atividade prazerosa e necessária, pedindo aos órgãos públicos ou privados seu fomento e promoção. Não deixa de ser curioso, no entanto, que o generalizado elogio à leitura recaia sobre uma atividade abstrata: “ler”, sem referência concreta acerca *do que* ler, o porquê da leitura ou para *quê* se lê. Ler por ler. É como se a leitura fosse uma virtude, bondade inata e proteica, que, como o rei Midas, enriquece todos aqueles que entram em relação com ela. Esta leitura se configura como uma fonte de sabedoria e bem-estar cuja bondade e eficiência apenas necessitam de justificativa ainda que não falem argumentos em sua defesa.

Ler para entreter-se é a razão que move, por exemplo, 72% dos espanhóis que leem e parece, pelo menos em princípio, um argumento tão convincente quanto contundente. As dificuldades começam quando se trata de procurar o que há por trás desse entreter-se, pois, se consultamos o dicionário da Real Academia Española, veremos as seguintes acepções para o termo: **1. Distrair alguém, impedindo-a de fazer algo; 2. Tornar algo menos desagradável e mais suportável; 3. Divertir, restabelecer o ânimo de alguém; 4. Distrair alguém, com pretextos.** Comprovamos, assim, que a primeira e a quarta acepções interpretam o termo negativamente e parecem responder àquelas expressões coloquiais com as quais – até pouco tempo – se usava para repreender o ato de ler: “Não se distraia lendo e faça o que tem de ser feito”, “Passa o dia lendo ao invés de estudar”. Subjaz, nos dois enunciados do dicionário, uma consciência difusa de que ler não seria um fazer, mas o contrário: um deixar de fazer, uma perda de tempo. Nas outras duas acepções se encontra, ao menos aparentemente, uma interpretação mais positiva, pois, ao final, tornar algo mais suportável ou recriar o ânimo, estão relacionadas a atividades benéficas. A respeito desse algo que torna a leitura suportável retornaremos em outro momento. Agora vamos nos deter na recriação do ânimo, quando se trata da literatura como entretenimento. Entendo que recuperar o ânimo deve ser visto como uma ação cujo objetivo seja sentir-se satisfeito consigo mesmo. Divertir-se, nesse sentido, seria atingir o contentamento próprio, o que pressupõe que antes havia um descontentamento, uma carência. Daí, se deduzir que, quem incita a leitura por entretenimento, ou bem quer que deixemos de fazer aquilo que temos que fazer, ou muito conscientes de algum descontentamento que nos pressiona, desejariam que satisfizéssemos nossa carência com um substituto: a leitura, o que fomentaria, assim, a irresponsabilidade e o autoengano.

Voltando a esse entretenimento – entendido como um fazer menos molesto e mais fácil de levar – cabe pensar se essa coisa é uma tarefa (trabalhar, por exemplo, oito horas em um escritório), uma situação (o

desamor, uma greve, uma doença) ou uma condição (a mortalidade do homem), e somente em função de que essa tarefa fosse boa (em nome do bem comum), essa situação inevitável e involuntária e essa condição irredutível, poderíamos dizer que esse entretenimento é desejável. Em qualquer outro caso, o que estaria sendo proposto é, sem meias palavras, um falso consolo.

Irresponsabilidade, autoengano e falso consolo não parecem argumentos muito válidos nem para uma defesa da leitura nem para justificar seu fomento. Mas, suponhamos – e afastemos, assim, qualquer acusação de calvinismo – que dada a frágil condição humana, pode ser bom para o homem ou a mulher, buscar, em alguma medida e ocasião, ser irresponsável (descansar da seriedade), ou autoenganar-se (fugir de si mesmo) ou se dar um falso consolo (meio de um passar do tempo, que é um passar até a morte). A partir dessa suposição – que por conveniência ou convencimento parece estar muito difundida – esse entreter-se recupera alguma validade, mas, no entanto, não deixa de mostrar suas insuficiências. Porque a pergunta é: o que é o entretenimento?, e no caso do que estamos tratando aqui: que leitura, de que livro, é a mais entretida? Como tantas outras coisas, o significado concreto do entretenimento é um significado convencional, mutante e dinâmica e não há nenhuma razão intrínseca para que alguém possa dizer que é mais divertido ler *O conde de Monte Cristo*, de Dumas do que *Ulisses*, de Joyce ou um ensaio sobre os trinta melhores filmes do século XX. Em qualquer caso, é uma questão de preferência e, portanto, se as instâncias e grupos sociais que levantam a bandeira desse fomento abstrato da atividade de ler não definem preferências – ler isso é melhor que ler aquilo – a única coisa que estariam fomentando é o “vale tudo” e que cada um se vire como puder. E o ruim do “vale tudo” é que o que na verdade acoberta não é que tudo vale o mesmo, mas que o que mais vale, na realidade, é o que mais se faz valer, ou seja, o que mais se divulga sem necessidade de fomento algum. Entreter-se esconderia, assim, sua verdadeira face: a aceitação dos valores dominantes.

A leitura como forma de conhecimento, assinalada por 8,5% dos leitores espanhóis com quem se fez uma pesquisa em 2010, constitui outro dos grandes desafios da argumentação a favor da leitura. Um argumento que só no caso da leitura literária parece contar com a inimiga recalcitrante de algum esteticismo radical, que continua insistindo na inutilidade da literatura. A leitura como fonte de conhecimento baseou toda a sua filosofia da ilustração libertadora e é precisamente essa capacidade de transmitir conhecimento que a leitura possui, o que o Índice de livros proibidos e os censores perseguiram com sagacidade durante séculos e séculos, e é motivo para que, ainda, em algumas ocasiões, se discuta a conveniência de que determinados grupos sociais, as crianças, por exemplo, devam ler determinados livros ou histórias.

Por meio da leitura se argumenta, conhecemos mundos e vidas, aos que não poderíamos ter acesso de outra forma. E não se trata tão somente de que através da leitura possamos receber informação sobre a selva africana ou os bairros de Nova York. Com a leitura – como se diz – conhecemos paixões humanas, sentimentos, condutas, comportamentos, desejos, situações de injustiça. O que chamamos, no limite, a vida e suas engrenagens. Na realidade, a leitura funciona desde sempre como um mecanismo de representação de lugares físicos ou mentais e, nesse sentido, é comparável aos modernos meios de comunicação audiovisuais. É importante lembrar, contudo, que esse conhecimento que a leitura proporciona – sobretudo quando se trata da leitura de ficção – é basicamente um conhecimento virtual, ou seja, um conhecimento por via cumulativa ou por recordação, nas palavras de Sócrates, do real. Nesse sentido o conhecer que proporciona a leitura é um pseudoconhecimento ou um conhecimento brando que arrasta consigo a ilusão de se confundir com o conhecimento real. Confusão que culmina narrativamente na loucura de Dom Quixote ou na cegueira afetiva de Emma Bovary. Um conhecer virtual que pode provocar turbulências no processo de “retorno ao real”. Transtornos que sem o nível literário das obras citadas também abordou o dramaturgo Jacinto Benavente em sua obra *O homem que aprendeu tudo nos livros*.

Mas, para além dos possíveis transtornos causados por uma grosseira confusão do real e do virtual, é evidente que a leitura pode proporcionar esquemas ou pautas para o conhecimento dos mecanismos das relações humanas, a criação, manipulação e uso dos sentimentos, ou para a análise das relações de poder dentro de uma sociedade. É evidente, ainda, que a validade de tais conhecimentos estará em função da qualidade dos textos lidos, assim, a defesa da leitura pela leitura não deixa de ser um *slogan* que só confunde e disso decorre, também, que quando uma instância pública ou privada recomenda a bondade geral da prática da leitura – está atuando, consciente ou inconscientemente – desde a irresponsabilidade das boas intenções ou desde a impunidade daquele que, ou bem não tem critérios – e, então, o melhor que tem a fazer é calar-se – ou bem os oculta para “nadar e morrer na praia”. O fomento da leitura em abstrato é, insistimos, o fomento do “vale tudo”.

A terceira linha de argumentação levantada para esse louvor da leitura de que estamos falando, reside em seu entendimento como instrumento de acesso à cultura – e nas pesquisas sobre hábitos de leitura realizadas na Espanha recentemente, 5,7% dos leitores alegam tal motivo – por isso convém delimitar o conteúdo de tão evasivo termo. Em suas origens, a “cultura” era o crescimento, a colheita e os animais e, por extensão, o crescimento e o desenvolvimento das faculdades humanas. Ainda no século XVII era o nome de um processo: a cultura de algo, da terra, dos animais, da mente. No século da ilustração e por meio de um processo de contaminação onde ocupa um papel relevante o aparecimento do termo civilização, a cultura passou a descrever um estado, uma etapa do desenvolvimento humano e sobre esse entendimento pode-se

começar a falar que havia pessoas cultas ou incultas, assim como que existiam países civilizados e países selvagens ou não civilizados. Passou assim a ser algo quantificável: tinha-se muita, pouca ou nenhuma cultura. A cultura já não era, portanto, o processo de cultivo e cuidado das faculdades humanas – a imaginação, a prudência, a Inteligência – mas um resultado, ou seja, um “capital”, uma soma de bens comensuráveis e, portanto, intercambiáveis e factíveis de ser mercantilizados, tal como se fala hoje, por exemplo, da necessidade de contar com “uma cultura empresarial”, sem se esquecer que a herança ilustrada daria, também, origem a todo um trajeto político de emancipação onde a cultura e a leitura desempenhavam um claro papel libertador.

Será o romantismo quem introduz, como uma reação, uma proposta semântica diferente para o conceito de cultura. Frente a essa cultura como algo “exterior”, o movimento romântico propôs uma interpretação da cultura como um processo de desenvolvimento “interior”, “espiritual” ou “íntimo”. Essas duas concepções de cultura convivem, às vezes de maneira conflituosa, mas em geral sem grandes colisões – salvo quando se trata de traduzir em um programa educativo o currículo de acesso à cultura – e podemos ver como na linguagem cotidiana se adjudica a qualidade de culto tanto a alguém que possui um amplo fundo de conhecimentos – em sua maioria de caráter humanista – como ao que possui uma “alma sensível” (sobretudo a partir das Belas Artes e de maneira especial a partir da música e da literatura).

A cultura seria entendida, assim, como um conceito de difícil apreensão, um conceito bastante escorregadio, mas cujo significado sempre se moveria em um campo semântico delimitado em seus extremos pela erudição e pela sensibilidade. Aceder à cultura seria, portanto, conhecer aquilo que se tem que conhecer (a cultura como conhecimentos) e sentir aquilo que se tem que sentir (a cultura como “vida interior”). Conhecer o que tem que ler e conhecer o que tem que se sentir ao ler, e, se conhecer é sentir, toda leitura, consequentemente, deve desembocar e se encaminhar para o sentimento. A inteligência leitora como inteligência emocional.

A partir dessa consideração, a leitura se apresentava como um caminho de perfeição, como uma via de superação destinada a nos fazer melhores, a nos elevar espiritualmente e, portanto, a sermos merecedores de integrar os níveis superiores da humanidade. Essa concepção “aristocrática” da leitura se encontra, por exemplo, no interessante e conhecido ensaio “A leitura, esse vício impune”, escrito por Valéry Larbaud, em 1913, e no qual podemos ler, por exemplo que:

/.../ existe uma aristocracia aberta a todos, mas que jamais, em nenhuma época, foi numerosa, uma aristocracia invisível, dispersa, desprovida de sinais ao ar livre, sem existência oficialmente reconhecida, sem diplomas e sem patentes e, contudo, mais brilhante que nenhuma outra;...  
Podeis fazer parte dessa aristocracia: ela os convida, ela vos espera, e a única condição que exige para admitir vocês é que se dediquem moderadamente e durante vários anos a uma certa forma de prazer que se chama Leitura.

Contudo, a cultura da pós-modernidade que hoje nos cerca e envolve, não pretende nos fazer melhores, mas nos ensina a “consumir melhor”, pois vê no consumo a única atividade que nos outorga valor e identidade. Cultura seria, portanto, aquilo que nos permite escolher bem, consumir bem, comprar bem. A “poética pós-moderna da leitura” que hoje domina, mantém as características básicas da poética humanística, mas oferece, a meu entender, duas situações novas: 1. Ler é um prazer, que não só não requer esforço, mas que é contrário a ele; 2. Não há leituras melhores que outras, pois todo juízo leitor é relativo e o gosto pertence à esfera do íntimo ou privado, isto é, se refere ao subjetivo e ao inefável. Um relativismo que compartilha com o humanismo católico, enquanto que, para a Igreja de Roma a confissão, ao apagar a culpa, elimina a responsabilidade e frivoliza as diferenças entre o bem e o mal, entre o benfeito e o mal feito. A partir destes pressupostos é possível entender melhor o entusiasmo com que, de maneira geral, foi acolhido aquele decálogo de Daniel Pennac, para quem pular páginas, por exemplo, era visto como sintoma de saúde leitora. Para a pós-modernidade, todas as leituras são igualmente válidas e a única diferença entre ler um livro ou outro residiria na imagem de si mesmo que, com essa escolha, quisesse transmitir ao entorno e ninguém estaria autorizado para impor valores ou critérios, para impor ou rechaçar leituras. A cultura pós-moderna celebra a leitura como um ato de criação e recriação sem que as fronteiras entre ambos os conceitos sejam nítidas ou impermeáveis como tampouco são os limites entre realidade e ficção. Ler é permanecer em uma fronteira, em uma terra de ninguém e precisamente porque a leitura permite habitar nessa terra de ninguém, louvando-a e festejando-a. A leitura como festa. E a crítica, por conseguinte – e entendo por crítica, nesse caso, a pergunta “por que lemos o que lemos” – como a ameaça do desmancha prazeres.

Contra esse relativismo, a escritora norte-americana Edith Wharton já se manifestou há mais de um século, em um livro que já é um clássico quando se trata da leitura: *O vício da leitura*, editado em 1903, que, sem dúvida, inspirou em parte o livro já citado de Valéry Larbaud. Edith Wharton, em seu provocador livro começa escrevendo que:

O fato de que “a difusão do conhecimento costuma ser classificada junto com a máquina a vapor e o sufrágio universal, na categoria dos avanços modernos deu lugar ao surgimento de um vício novo: o vício da leitura.

Não há vícios tão difíceis de erradicar como aqueles que popularmente se consideram virtudes. Entre estas virtudes, a mais notável é o vício da leitura. Costuma-se admitir que a leitura de lixo é um vício e, contudo, a leitura *per se* – o hábito de ler – apesar de ser novo, já figura entre virtudes tão bem reputadas, como a sobriedade, a economia, madrugar e praticar regularmente exercícios físicos”.

Para Edith Wharton, ler, no sentido pleno do termo, é uma relação íntima, profunda e transformadora causada pelo encontro entre um texto e um leitor e em suas reflexões o valor do ato de ler não residiria tanto no valor do livro como na condição ou qualidade intelectual dos leitores. Escreve a autora:

Nesse sentido, pode-se dizer que não há um padrão abstrato de valores na literatura: a medida dos livros mais importantes já escritos é unicamente o que cada leitor é capaz de retirar deles. Os melhores livros são aqueles dos quais os melhores leitores conseguiram extrair o máximo de melhores pensamentos. Mas, geralmente, estes tipos de livro são os que menos atingem o leitor pobre.

Começam aqui as distinções entre classes de leitores e o elogio da leitura como alimento ou exercício ao alcance tão somente de uma minoria capaz de apreciar tudo o que os livros encerram. Frente à proposta da leitura como atividade recomendável para a generalidade de homens e mulheres escreve:

Por que deveríamos ser todos leitores? Não se espera de todos nós que sejamos músicos: em contrapartida, devemos ler, de maneira que quem não é capaz de ler criativamente o faz mecanicamente.

Coloca, assim, a existência de dois grupos de leitores: um minoritário, formado pelas elites capazes de “ler criativamente”, e outro, majoritário integrado por aqueles leitores que leem “mecanicamente”, por não estarem dotados dos conhecimentos ou sensibilidades necessárias para poder entrar em diálogo com os textos literários.

Em matéria de leitura – é importante entender inicialmente que quem ofende de verdade (a Literatura) não são os que se limitam a ler o lixo reconhecido. Aquele que se confessa devorador de narrativa estúpida é muito pouco prejudicial. Quem festeja a “novela do momento” não constitui um obstáculo sério para o desenvolvimento da literatura.

O vício da leitura se torna uma ameaça para a literatura quando o leitor mecânico, armado com essa elevada concepção de seu próprio dever, invade o âmbito das letras: analisa, critica, condena – ou pior ainda – elogia. Ainda assim, seria de um gosto muito duvidoso reprovar uma intrusão movida por motivos tão respeitáveis, se não fosse a incorrigível autossuficiência do leitor mecânico, que o torna um típico leitor de ataque. Aquele que gira a manivela do realejo não pode se comparar com Paderewski, mas o leitor mecânico jamais coloca em dúvida sua própria competência intelectual. Do mesmo modo que a graça da fé, supõe que a melhora de uma pessoa lhe confere inteligência.

Ler não é uma virtude, mas ler bem é uma arte, uma arte que só o leitor nato pode adquirir. O dom da leitura não é uma exceção à regra segundo a qual os dotes naturais devem de ser cultivados por meio da prática e da disciplina; mas se não há uma aptidão inata, o treino não serve para nada. É típico do leitor mecânico crer que as intenções podem suprir as aptidões.

Para o leitor mecânico, os livros lidos não são plantas que enraízam e dão frutos, que se entrelaçam umas com as outras, mas fósseis etiquetados e guardados em prateleiras do gabinete de um geólogo; ou, talvez, prisioneiros condenados a uma reclusão solitária para toda a vida. Em mentes como estas, os livros nunca conversam entre si.

Os passos do leitor mecânico estão guiados pela *vox populi*: vai diretamente em busca do livro de que todo mundo fala, o sentido da importância do livro é proporcional ao número de edições esgotadas antes da publicação, pois não sabe distinguir entre as diferentes categorias de livros de que todos falam, nem entre as vozes que falam acerca deles.

O ensaio de Edith Wharton é definitivamente uma espécie de sentença contra esses leitores mecânicos que perturbariam esse espaço refinado e super especial onde habitam os poucos leitores que para ela mereceriam o nome de leitores e que em razão da generalização da faculdade de ler e escrever se sentem invadidos e ameaçados por essa horda de leitores plebeus.

Quatro – diz – são os danos que causa o leitor mecânico. Em primeiro lugar, estimula a demanda da escrita medíocre, facilita a carreira do autor medíocre. O crime de empurrar ao talento criativo até a categoria da produção mecânica constitui, de fato, o atentado mais grave que comete o leitor mecânico.

Em segundo lugar, dada sua paixão por tornar “populares” os assuntos mais abstrusos e difíceis, e dada sua confusão entre os tópicos científicos requentados a todo vapor com as concepções

amadurecidas lentamente, próprias do pensador original, o leitor mecânico se torna um fator de atraso da verdadeira cultura e reduz o fluxo de possíveis obras verdadeiramente duradouras.

O terceiro dano que esse tipo de leitores causa à literatura é confundir os juízos morais com os intelectuais.

Por último, ao demandar uma literatura já mastigada e dada a sua incapacidade para distinguir entre os meios e o fim, o leitor mecânico orienta de maneira equivocada as tendências da crítica, ou seja, produz uma criatura a sua imagem e semelhança: o crítico mecânico.

Sem dúvida, as palavras e opiniões de Edith Wharthon nesse livro, passado mais de um século, podem nos parecer ridiculamente elitistas e obsoletamente aristocráticas, mas me atreveria a dizer que as questões abordadas continuam sendo expostas hoje quando o tema é o da leitura e o da literatura em sua relação com as sociedades de consumo de massa em que as fronteiras, por exemplo, entre a literatura comercial e a literatura de valores humanísticos estão cada vez menos claras.

Para seguir avançando nessas disparidades quero me referir, agora, a duas histórias, duas narrativas, duas novelas, que, de um modo mais transversal que direto, e desde essa forma de conhecimento tão singular que é a narrativa, talvez nos forneça alguma luz, ou sombra, sobre a questão do valor pessoal e coletivo que representa a leitura. Deixemos que seja a narrativa que nos fale da leitura e suas circunstâncias.

## 2. Juízo de pedra

*Eunice Parchman assassinou a família Coverdale, porque não sabia ler nem escrever. Com esta frase começa a novela Um juízo e pedra da escritora britânica Ruth Rendell. Naquele ato, continua nos dizendo a voz narrativa não houve verdadeiro motivo nem premeditação; tampouco ganhou dinheiro ou segurança. Como consequência de seu crime, a incapacidade de Eunice Parchman foi conhecida, não só por uma simples família ou grupo de aldeões, mas por todo o país. Ainda que sua companheira e cúmplice estivesse louca, ela não estava. Tinha a horrível e prática cordura atávica de um primata, travestida na aparência de uma mulher do século XX. E continuamos lendo: A capacidade de ler e de escrever é uma das pedras angulares da civilização. Ser analfabeto é ser disforme. E o ridículo que antes produzia o problema físico, dirige-se hoje, até com certa com justiça, ao analfabeto. Se ele ou ela podem viver com cautela entre os ignorantes, talvez tudo corra bem, pois em terra de cego quem tem um olho é rei. Foi uma desgraça para Eunice Parchman e para a família que a contratou e em cujo lar viveu, que eles fossem especialmente cultivados. Se fossem vulgares e incultos, provavelmente ainda estariam vivos e Eunice livre, em sua misteriosa e escura liberdade de sensações e instintos e na total ausência da palavra impressa.*

Li pela primeira vez essa trágica e despropositada fábula no fim dos anos 1970 e essa história reaparece na minha memória sempre que surge a questão da leitura e de sua benevolência, de seus reconhecidos benefícios ou de seus possíveis danos, de sua aclamada conveniência ou de seus inesperados inconvenientes. Eunice Parchman, a mulher que não sabia ler, me persegue como uma sombra negra e agorenta, que não sei muito bem se reclama que eu a lembre por causa de alguma culpa que escondo até de mim mesmo, ou me avisa e me cerca com essa contradição tão brutal como mostrou o parágrafo lido, ao dar como certo que, por um lado, ser analfabeto é ser disforme, e, por outro, que a desgraça dos assassinados foi causada pelo fato de pertencer a uma família *especialmente cultivada: Se fossem vulgares e incultos, provavelmente ainda estariam vivos*. Ler e não ler se apresentam, assim, como as duas faces de uma mesma desgraça e a história dessa mulher que não sabia ler me transpassa e me aprisiona sem que possa me predispor a entendê-la como um sinal a favor da leitura ou como um perverso presságio que me faz suspeitar que não há luz que não dê lugar à sua própria sombra.

Eunice Parchman, a quem celeumas familiares e os avatares da segunda guerra mundial lhe impediram ter escolaridade suficiente, aprendeu a dissimular sua “diferença” e a sobreviver em um mundo alfabetizado, trabalhando como empregada para a muito ilustrada e culta família Coverdale. O fato de Eunice ser analfabeta lhe causou inúmeros problemas, que evitou com dissimulação e astúcia, mas vive martirizada sob o contínuo temor de que alguém possa se dar conta de sua deficiência. Quando a jovem Melinda Coverdale descobre, escandalizada, que sua criada Eunice não pode ler, não vislumbra – e, para uma universitária como ela, tal condição é inimaginável – que tão espantosa realidade se deva a sua condição de analfabeta e imagina que tal catástrofe esteja relacionada a uma doença:

— Senhorita Parchman – disse calmamente – a senhora é disléxica?

De início, Eunice pensou que aquilo deveria ser uma doença da vista.

— Como assim?

— Sinto muito. Quero dizer que a senhora não sabe ler, é verdade? Não sabe ler nem escrever.

Melinda, apesar de ter lido e estudado as tragédias de Shakespeare, carece do entendimento necessário para imaginar a convulsão violenta que essas palavras produzem em sua criada e, em consequência, tampouco passa por sua cabeça que com esse interrogatório está selando o destino trágico que aguarda toda a sua família: depois de poucos dias, e enquanto escutam, no salão da casa, a retransmissão feita pela BBC de *Don Giovanni*, de Mozart, os Coverdale são assassinados por Eunice Parchman:

Agora, depois de haver-se vingado com essa matança, olhou longa e fixamente para o corpo de George, e em seguida, entrando de novo no salão, olhou para os corpos de sua mulher, sua filha e de seu enteado. Não foi tomada por piedade nem arrependimento. Não se abalou nem por piedade ou arrependimento. Não pensou no amor, na alegria, na paz, no descanso, na esperança, na vida, no pó, nas cinzas, nos destroços, no desejo, na ruína, na loucura e na morte, que havia assassinado o amor e destroçado a vida, acabado com a ilusão, desperdiçando um potencial humano e terminado com a alegria, porque, a duras penas, sabia o que eram essas coisas.

Gostaria de chamar a atenção sobre essa ladainha de palavras, fatos e conceitos, que, segundo o narrador da novela, Eunice desconhece por não saber ler: piedade, amor, alegria, esperança, ilusão, vida, o cultivo e o desejo de saber, o potencial do humano. Interpreto que esse repertório de sentimentos, de clara filiação humanista, constitui o núcleo duro que a novela propõe como essência de todas as virtudes que a leitura oferece à condição humana. Assim, quero entender, residiria sua moral: não ler seca o coração, diminui o sentimentalismo, atrofia a imaginação, afoga os afetos e impede o controle dos instintos; a leitura evita o ódio, a desesperança, a tristeza, a amargura, a frustração, o fatalismo e a morte.

Lida assim, a partir dessa ótica humanista, a novela parece escrita expressamente para uma campanha de Fomento à leitura, e, talvez, devêssemos propor às autoridades cabíveis que se conceda uma generosa subvenção à companhia que se ofereça para adaptar o texto para o teatro e encená-lo, sob a égide de um Auto Sacramental, em que a sociedade dos letrados, em benefício dessa santa virtude chamada Leitura, condena aos não leitores a morrer na fogueira por hereges e cidadãos do mal. Um juízo de pedra contra os que resistem a provar o mágico elixir da leitura. Assim essa novela pode ser interpretada.

Contudo, em minha opinião, um aviso turvo se esconde nessa história cheia de ruído, letras e fúria, pois nela haveria sombras e rachaduras, e algo nela me faz suspeitar acerca da condição redentora da leitura. Eunice Parchman é, sem dúvida, para um humanista, uma clara encarnação do mal, da maldade que acompanha a ignorância, mas quando, por exemplo, lemos na novela *A mente de Eunice estava trabalhando fabrilmente em busca de um meio de enganar, isso que fazem com tanta facilidade os que sabem ler e escrever e têm um QI de 120*, tendo a refletir que, acaso o sentido real da novela pode não ser tão transparente ou culturalmente correto como parece em uma primeira leitura.

Ademais, confesso que, ainda que rechace sua conduta criminosa, sinto por Eunice Parchman, a mulher que não sabia ler, uma estranha simpatia, que me preocupa, que me faz entrar em contradição e pela qual me sinto obrigado a pedir desculpas. É de se esperar que tão incompreensível sentimento de solidariedade diante de um analfabeto, impróprio de um editor, um professor ou crítico, seja tão somente a pegada ou efeito colateral de algum rancor social transitório surgido ao longo de sua vida e que, lamentavelmente, durante o processo biográfico não teve como meta reinventar-se de forma adequada e positiva. Mas, fiquem tranquilos: asseguro-lhes que, ao menos em meu caso, não atribuo sentimentos criminais àqueles que não leem. Tampouco aos que não compram livros que recomendo e louvo. Se como maneira de introduzir o assunto trouxe essa história trágica não é para amargurar, mas simplesmente para tratar de por em evidência algo que, por óbvio, tendemos a desconsiderar: que as palavras são frágeis e que, portanto, tudo o que afete seu transporte – escrita, edição, leitura – convém atuar com precaução e não dar nada por acabado ou lido.

Na Espanha existem 730.000 pessoas analfabetas, 490.000 – 67% – são mulheres, e, no mundo, ainda há 58 milhões de crianças em idade escolar que não vão ao colégio, assim, depois da história dessa personagem que não sabe ler, talvez seja esse o momento mais adequado para fazer uma primeira e pequena viagem ao tema das políticas de fomento e apoio à leitura.

Fomento é uma nobre e prestigiosa palavra que nos remete ao espírito do iluminismo. Nascida no âmbito do Estado liberal, de clara vocação não intervencionista, o Fomento é uma atividade administrativa, próxima à atividade policial e de serviço público, encaminhada à resolução de uma persuasão, sem empregar a coação, as atividades dos particulares ou de outros entes públicos que diretamente possam satisfazê-la. Com o passar do tempo, o conceito de fomento, sem abandonar seus ecos do século XIX, transformou-se de maneira radical e corresponde hoje, já sem reservas, ao modo de intervenção direta e indireta do Estado para subsidiar uma situação de escassez e de bens de serviços. Vale também recordar que os meios de fomento podem se classificar, em primeiro lugar, em positivos e negativos, sendo aqueles os que outorgam prestações, bens ou vantagens, e estes os que significam obstáculos ou cargas criadas para dificultar por meios indiretos as atividades contrárias às que se querem fomentar. Estes meios podem se classificar também em honoríficos, econômicos e jurídicos. Entre os econômicos, a subvenção é, sem dúvida, a técnica de fomento mais fluída e criticada. Subsídios à leitura que, em geral, se realizam por via indireta subvencionam bem as editoras, as bibliotecas ou bem – e muito excepcionalmente – aos autores ou autoras. O que nunca é a



subvenção diretamente aos leitores, salvo nos muito escassos sistemas fiscais em que se pode deduzir o gasto em livros.

No entanto, ainda que o livro e a leitura sejam elementos inseparáveis, não devem, contudo, ser confundidos nem colocados dentro de uma mesma categoria de interesses. Fomento à leitura pode implicar, em parte, fomento da produção de livros, pois ambas as atividades tendem a se sobrepor, mas, insisto, não devem ser identificadas. A leitura ultrapassa o espaço do livro, é algo que vai além, em seu alcance pessoal ou coletivo, do mundo dos livros, pois enquanto o livro – ainda que seja produzido com a finalidade de ser lido tem como verdadeiro pré-requisito, desde o seu fabricante, a vocação para ser vendido, de maneira que a leitura poderá exigir sua materialização em qualquer suporte de edição, mas sua condição está além da natureza desse suporte. Assim, pode-se distinguir entre a figura do fabricante de livros e a do editor. O primeiro tem como tarefa fabricar livros e vendê-los; o segundo – o editor – tem como objetivo publicar textos, ou seja: tornar público aqueles textos privados que, segundo seu critério, merecem estar à disposição do público. Na prática, na realidade econômica de hoje, um editor é um ser que vive na esquizofrenia: por um lado é um vendedor da mercadoria livro, por outro, pretende ser um provedor de leituras. Sou consciente de que ambos aspectos são impossíveis de ser separados, mas entendo que aqui e agora, a tarefa reside em falar da leitura, de seu fomento e não tanto do momento marcado pelas questões econômicas.

Mas se a leitura é algo que vai além de seu suporte, o que devemos entender por leitura quando falamos de leitura? Antropologicamente a leitura, mais que a escrita, é uma ferramenta que facilita o transporte no tempo e no espaço das palavras, ou seja, é uma tecnologia que estende e amplia a faculdade do homem para se comunicar com seus semelhantes. E esta situação outorga à leitura seu incomensurável valor histórico, cultural e social. Ela é definida de maneira habitual como o processo de decodificação mediante o qual uma pessoa compreende e interioriza o sentido dos signos e tenta obter informação e conhecimento. A esta definição, tão asséptica, acrescentaria meu entendimento da leitura, isto é, um mecanismo de identificação, reconhecimento, intercâmbio e associação que a partir do deciframento de um texto, coloca em jogo nossa capacidade para as diferentes observações bem como para a auto-observação, de maneira dinâmica e simultânea, isto é, aquelas capacidades que atendem as relações de alguém consigo mesmo e despertam nossas distintas inteligências: a inteligência política, que atua sobre as relações de alguém com a organização que o acolhe, a inteligência social, que atinge as relações de convivência entre o eu e os outros, e a inteligência cultural, que é a que opera na ligação entre memória do leitor com o espaço cultural que o rodeia.

A leitura como processo de decodificação faz referência a qualquer texto escrito ou inscrito, em qualquer suporte: desde os rótulos da publicidade urbana até o texto do Quixote, passando pelas bulas de remédio, os manuais com instruções de uso ou as notificações oficiais. Mas ainda assim, não deixa de ser evidente que quando estamos participando de contextos sociais, como *Conversas ao pé da página*, este conceito amplo de leitura não deveria deixar de estar presente, entendendo que tende-se a se referir primordialmente aos textos literários e mais especialmente ainda à literatura de ficção.

Falar de fomento implica aceitar uma carência, supõe invocar uma situação marcada pela depauperação, a pobreza ou a precariedade e deixa claro o reconhecimento por parte do conjunto social de uma disfunção relevante, de certo grau de importância e de importantes dificuldades na hora de fazer frente à situação invocada. Falar, portanto, de fomento à leitura colocaria em evidência que o estado da leitura em nossas sociedades não é “o que deveria ser”, determinando-se esse “o que deveria ser” em função de suas correspondências com parâmetros como a renda *per capita*, o PIB, os níveis de escolaridade avançados, ou por sua correlação com a capacidade de os meios de produção de textos existentes ou por sua comparação estatística com os dados que encontramos em outros países de seu entorno sociopolítico.

Há, portanto, que se perguntar, em primeiro lugar, se esse estado de leitura é tão doloroso, débil ou delicado para que seja aconselhável começar ou melhorar os necessários meios de Fomento que permitam sanar a lamentável situação do doente. Tratarei, na sequência, do “estado da leitura” na Espanha, confiando que estes dados e as consequências que deles emanam extrapolem, ponderem e confrontem com os correspondentes à sociedade brasileira e ao entorno latino-americano.

### 3. Estado da leitura

Para começar, é conveniente retomar alguns dados extraídos dos estudos sobre *Según el Informe 2010 sobre hábitos de leitura e compra de livros na Espanha*:

- 91,1% da população espanhola maior de 14 anos afirma ler qualquer tipo de material, formato e suporte, seja impresso ou digital, com uma frequência, ao menos, trimestral. Desses, 86,2% lê, ao menos, uma vez por semana, são os chamados leitores frequentes. Os outros 9% da população não lê nada.
- Levando-se em conta que em qualquer tipo de material, formato e suporte, os homens leem mais que as mulheres (92,8% e 89,9% respectivamente) e os jovens entre 14 e 24 anos (97,9%) leem mais que os maiores de 65 anos (76,6%).

1. Por nível de estudos, os universitários leem mais (98,5%) que os que têm estudos secundários (94,3%) e primários (81,8%) e por território, os que têm hábito leitor vivem em lugares com mais de 1 milhão de habitantes (94,4%) que aqueles que vivem em núcleos de até 10 000 habitantes (84,8%).

Lendo estes dados, em verdade, não me parece que a coisa seja tão grave. Com base neles, diria, inclusive, que vivemos em uma sociedade que mantém níveis de relação com a leitura saudáveis ou bastante saudáveis, já que somente 9% da população maior de 14 anos não lê nada, considerando-se, ainda, que 22% da população ativa está parada, não deixa de parecer um milagre.

Uma visão mais pessimista aparece, contudo, quando passamos da leitura em geral para a leitura de livros.

- Segundo o Estudo de *Hábitos de Leitura de 2009*, a porcentagem de leitores maiores de 14 anos entre a população espanhola é de 55,06% e cabe distinguir três tipos de leitores:
  1. **Leitores habituais:** formado por aquelas pessoas que leem livros em seu tempo livre, pelo menos, alguma vez no mês. Este grupo é composto por 50,4% dos espanhóis, de 14 anos ou mais.
  2. **Leitores ocasionais:** constituído por todos aqueles que leem livros com uma frequência menor que a mensal e alguma vez ao trimestre. Sua importância relativa é 4%.
  3. **Não leitores:** aqueles que não leem livros quase nunca ou nunca. O peso relativo dessa categoria é de 45% da população.
- No ano de 2009, aproximadamente 58,2% dos entrevistados de 14 anos ou mais leu algum livro. A média de livros lidos pelos mesmos foi de 9,2 livros. Acho que no Brasil esse número é 4,9.
- Podemos, ainda, distinguir dois grupos segundo a intensidade da leitura medida em número de livros lidos:

- Os que leem **entre 1 e 4 livros ao ano**, que são **23,9%** (22,7% em 2008 e 28,5% em 2007).

- Aqueles que leem **entre 5 e 12 livros ao ano**, que são **21,7%** (22,6% em 2008 e 21,8% em 2007).

- Os que leem **mais de 12 livros ao ano** representam 12,6% (13,8% em 2008 e 10,2% em 2007).

- Leitura em seu tempo livre. Se se considera a matéria do último livro lido, **81,2% dos leitores menciona um livro de literatura** (principalmente novela e conto). Segue-se a isso, os livros de humanidades e ciências sociais com 13,5% dos leitores.
- 75,2% dos leitores afirmam ler principalmente por **ócio ou entretenimento**; 5,7% para melhorar seu nível cultural e 8,4% para estudar.
- 93,3% **dos leitores geralmente leem em castelhano**, 22,6% em inglês, 14,3% em catalão, 5,1% em galego e 2,3% em euskera.

Realizamos algumas comparações no conjunto.

- **Leitores de ao menos um livro ao ano na União Europeia: 71% dos maiores de 14 anos. Na Espanha: 55%. Na França: 78%** de franceses maiores de 15 anos leram ao menos um livro ao ano. Na Suécia, 87%; na Holanda, 84% e na Itália 59,5%.

Na Europa, 50% leu mais de 5 livros ao ano; na Espanha, só 34% leram mais de 5 livros ao ano.

Média na Europa de não leitores, nenhum livro ao ano: 28%. Na Espanha, 45%, e na Itália, 37%.

Refletem estes dados, de fato, um estado lamentável, desastroso, que exija urgentes medidas de fomento?

Entendo que, desde um olhar burocrático, tão próprio das instituições administrativas, ou de um olhar estritamente empresarial, as estatísticas aparecem pouco favoráveis, ainda que se insista em sua contínua melhora a cada ano. Pessoalmente, e se contextualizo esses dados histórica e culturalmente, a verdade é que não me parecem tão preocupantes. Inclusive, me parecem bastante razoáveis. Convém não esquecer a história da sociedade espanhola: somos bisnetos de Trento, do dogma, da leitura de livros como causa de suspeita e inquisição; somos netos dos cordões sanitários contra a chegada de livros e panfletos de filósofos da Revolução Francesa, do degolamento de ilustradores afrancesados, do Índice de livros proibidos; somos filhos do “por Deus, pela pátria e pelo rei”, *nilhil obstat*, das censuras eclesásticas, de que os bons são os pais esculápios que nos levam de excursão. A verdade é que com essa história nas costas, o que me estranha é que 55% dos espanhóis leiam livros.

**M**as não se preocupem: não afirmo que o fomento da leitura não seja algo necessário nem gostaria que minha voz desafinasse do coro de quem exige mais recursos para seu funcionamento. Nasci para a leitura em tempos em que ler ainda era uma atividade relativamente suspeita: “menino, vai brincar que, de tanto ler, vai ficar louco”, “para de ler um pouco e vai estudar” – e não ousaria atirar pedras contra meu próprio telhado profissional, vivencial e existencial. Trato, sim, de distinguir as vozes dos lamentos, as razões com fundamento, dos interesses espúrios. E com relação a isso, gostaria de manifestar algumas reservas.



Pessoalmente, e como já disse, a radiografia leitora que a análise meramente quantitativa desenha não me provoca inquietação. Gostaria que os índices de leitura da sociedade espanhola se aproximassem das médias europeias e que as cifras de espanhóis que não leem nem um livro ao ano não fosse tão grande. Queria que essas estatísticas refletissem um país mais leitor, mas sinceramente, tenho que dizer que me preocupam mais as pessoas que leem do que as que não leem. Quero dizer que, para além do estado quantitativo das leituras, me preocupa a situação qualitativa. Me preocupa que 72% dos leitores habituais afirmem que o único que procuram na leitura é o entretenimento e me preocupa muito mais o dado do PISA, segundo o qual uma alta percentagem dos estudantes espanhóis tem sérios problemas de compreensão sobre aquilo que leem. Sinceramente, direi que também me preocupa muito a lista de livros mais vendidos que reflete o barômetro do grêmio, pois em sua maioria são livros de puro e simples entretenimento, que flutuam entre o mistério e a autoajuda.

Sinceramente: se fomentar a leitura estiver centrado para que exista mais leitores que leiam estes livros ou livros semelhantes, não contem comigo. Por quê? Porque como editor e cidadão preocupado pela saúde semântica da sociedade em vivo, entendo que estes livros têm direito, claro, de existir, ser editados e lidos. Mas entendo, também, e sobretudo, que uma sociedade deve direcionar seus recursos, sempre escassos, em fomentar a leitura, e deveria fazer isso fundamentalmente em apoio aos textos que melhorem essa saúde semântica da sociedade, que ajudem a elevar o nível crítico da sociedade em que vivemos, que permitam desvelar os mecanismos de domínio e consentimento em que transcorrem nossa vida cotidiana, e nos facilitem horizontes de convivência justos e razoáveis. Sinceramente, na lista de livros mais lidos pouco ou nada disso, muito sentimentalismo, muita bijuteria sentimental, muita doença vestida de crueza, naturalismo barato, muita espontaneidade programada e muito mistério infantiloides. Acredito, ainda, que os livros ruins possuem efeito contaminante, rebaixam os níveis de exigência, nos tornam mal educados como leitores, nos acostumam à moleza intelectual, à preguiça mental, à passividade leitora. E creio que isso deveria preocupar a todos.

Passemos, agora, a outra história, outra narrativa?

#### 4. Farenheit 451

O que gostaria aqui é comentar a leitura de um livro como *Farenheit 451*, essa novela de Ray Bradbury, que todos os amantes da leitura temos no altar dos livros necessários. Todos sabemos a história: em um futuro muito distante, a posse e a leitura de livros está proibida e existe um corpo de bombeiros especial que se dedica a localizar e queimar livros e prender leitores e leitoras. Um verdadeiro livro exemplar cuja distribuição gratuita nos centros escolares também poderia ser uma recomendação para fazer parte do próximo plano de Fomento à leitura. Gostaria, agora, que compartilhássemos a leitura daquela cena em que o bombeiro Montag, o protagonista da história, no momento em que começa a se questionar se é correta ou não sua tarefa como destruidor de livros, se pergunta pela circunstância e o momento histórico em que essa perseguição do livro teve início, ao que o chefe dos bombeiros lhe responde:

Em certa época, os livros atraíam algumas pessoas, aqui, ali, acolá. Podiam se permitir ser diferentes. O mundo era grande, mas logo, o mundo se encheu de olhos, de cotovelos e bocas. A população dobrou, triplicou, quadruplicou. Filmes, revistas, livros, foram adquirindo um baixo nível, uma espécie de vulgar uniformidade.

— Está acompanhando?

— Acho que sim.

— Imagine. O homem do século XIX com seus cavalos, cachorros, carros, seus lentos deslocamentos. Depois, no século XX, acelera a câmera. Sínteses. Resumos. Tudo se reduz à anedota, ao final brusco... Os clássicos reduzidos a uma emissão radiofônica de quinze minutos. Depois, de novo reduzidos para preencher uma leitura de dois minutos. Por fim, transformados em dez ou doze linhas em um dicionário. Sair do jardim de infância para ir à Universidade e regressar ao jardim. Esta foi a formação intelectual durante os últimos cinco séculos ou mais. A mente do homem gira tão depressa ao impulso dos editores, exploradores, locutores, que a força centrífuga elimina todo o pensamento desnecessário, origem de uma perda de tempo.

Os anos de universidade diminuem, a disciplina fica mais fácil, abandonam-se a Filosofia, a História e a linguagem, o idioma e sua pronúncia são gradualmente descuidados. E, por fim, quase completamente ignorado. A vida é imediata, o emprego é a única coisa que conta, o prazer domina tudo depois do trabalho. Por que aprender algo que não seja apertar botões, colocar computadores na tomada, encaixotar porcas e parafusos?

A vida se transforma em uma grande carreira, Montag. Tudo se faz depressa, de qualquer jeito.

Mais esportes para todos, espírito de grupo, diversão, entretenimento, e não há necessidade de pensar. Não é? Organiza e superorganiza o superesporte. E mais piadas nos livros. Mais

ilustrações. Cada vez a mente absorve menos porque quanto maior e mais rápido é o mercado, Montag, menos é necessário fazer frente à controvérsia, lembre-se disso.

Não é estranho que se deixaram de vender os livros complicados. Mas o público, que sabia o que queria, permitiu a sobrevivência dos quadrinhos. E das revistas eróticas tridimensionais. É isso, Montag. Não era uma imposição do governo. Não houve nenhum ditado, nem declaração, nem censura, não. A tecnologia e a exploração das massas produziu o fenômeno, graças a Deus. Atualmente, graças a tudo isso, uma pessoa pode ser feliz continuamente lendo historietas ilustradas.

Pergunta-te a ti mesmo: O que queremos nesta nação, acima de tudo? As pessoas querem ser felizes, não é isso? Não foi isso que você ouviu a sua vida inteira? “Quero ser feliz”, dizem as pessoas. Bem, mas elas não são? Não as mantemos em ação, não lhes proporcionamos diversão? É somente para isso que vivemos, não? Para o prazer e o entretenimento? E terás que admitir que nossa civilização facilita isso muito.

Enchemos eles de dados não combustíveis, lancemos em cima deles tantos “fatos” que se sintam abrumados, mas totalmente em dia com a informação. Então, terão a sensação de que pensam, terão a impressão de que se movem sem se mover. E serão felizes, porque os fatos desta natureza não mudam. Não lhes dê nenhuma matéria delicada como Filosofia ou Sociologia, para que comecem a fazer relações. Por esse caminho, damos de cara com a melancolia. Você, eu e os demais bombeiros somos os Guardiões da Felicidade. Nos enfrentamos com a pequena maré de quem deseja que todos se sintam miseráveis com teorias e pensamentos contraditórios. Temos que aguentar firme. Não permitir que a avalanche de melancolia e a funesta Filosofia afoguem nosso mundo.

**É** isso que conta *Fahrenheit 451*: que a moeda má retira do mercado a moeda boa. Que não foi o fogo que acabou com os livros, mas sim, que foram os livros ruins, os livros preguiçosos, os livros brinquedo, os livros bonitos, os livros a serviço de um leitor que não está querendo fazer muitos esforços, os que acabaram com os livros que ensinavam a pensar, com livros cuja leitura exige paciência, humildade, concentração e esforço. Livros que não renunciam a que a inteligência e o prazer sejam compatíveis, que não aceitam o aborrecimento estéril nem a diversão banal. Livros que despertem a curiosidade e não apenas o mero interesse pela fofoca. Livros que ofereçam um horizonte de possibilidades. Livros que contem conflitos reais e não mais mistérios no plano do manuscrito do diabo que os anjos esconderam debaixo do santo sudário que a mão de Fátima introduziu durante um crepúsculo na catedral do mar.

As políticas de Fomento, como já dito, têm sua base na persuasão e na renúncia de qualquer forma de coação. Não é minha intenção propor a redação de um repertório de livros bobos que nos façam mais bobos, ainda que reconheça que passe pela cabeça de vez em quando algumas possíveis medidas negativas de Fomento à leitura.

Felizmente, o fomento da leitura vai muito além da venda de livros e, inclusive me atreveria a afirmar, dos próprios livros. Esse processo de decifrar signos, atribuir significados, interpretar significações e buscar correspondência entre a sintaxe semiológica e a sintaxe do viver, esse processo que chamamos leitura é hoje, também, ferramenta imprescindível para entender, interpretar e valorar todo o fluxo de narrações escritas e não escritas sobre o que nos movemos. Hoje falamos de ler um quadro, de ler um filme, de ler uma partida de futebol, de ler uma conduta, e esse conceito e leitura é igualmente válido. Ler um texto proporciona antes de tudo para a compreensão desse texto (algo não tão simples quanto parece) e ao mesmo tempo é ler-se a si mesmo, ler os outros, ler a realidade política e social que nos faz e nos desfaz e é ler os equipamentos de leituras textuais ou não de maneira nada inocente para chegarmos a essa leitura.

Ler é aprender a se ler enquanto se lê. Ler a própria leitura, tratar de descobrir por que gostamos do que gostamos e por que não gostamos do que não gostamos. Ler é uma aprendizagem e por isso entendo que o lugar próprio para levar a cabo ações de Fomento à leitura é o lugar onde se dá o processo de aprendizado: o espaço escola. Obviamente que existem outros espaços de aprendizagem como a família ou a rua, e nestes, a leitura pode – e deve – ocupar um lugar, mas francamente acredito que a batalha pela leitura será ganha ou perdida no espaço escolar. Portanto: retribuições coerentes com a responsabilidade que exigimos do professorado, bibliotecas escolares abertas à população e que funcionem como centros de mobilização, com profissionais suficientes e especializados, com vocação para as atividades práticas de escrita e leitura, escrita “criativa” como campo de atuação, leitura em voz alta, leituras compartilhadas, leituras comentadas em grupo, oficinas de leitura e sobre todos os assuntos, porque sem ela tudo será inútil, uma escola que ensine a não se calar, a não se submeter, a não ser humilhado ou humilhar, a não se resignar, a não se acomodar, a não viver na autossatisfação.

Que ninguém leia por nós para que ninguém seja dono de nossas vidas. Esse é o valor da leitura. Ler para aprender a nos ler no próprio mundo. Essa é a leitura que mete medo nos bombeiros de *Fahrenheit*. Uma pessoa, um país, uma nação é uma forma própria de ler e de se ler. Uma nação se constrói com o eco civil de

uma leitura em voz alta. A leitura constrói nações, mas às vezes fronteiras, abre horizontes, rememora futuros compartilhados, semeia no presente um passado comum. Cria comunidade.

---

\* Texto apresentado por ocasião da participação do autor em Conversas Paralelas, 2014.

---

TRADUÇÃO THAIS ALBIERI

**IMPRIMIR** | **MANDAR PARA UM AMIGO** | **COMENTÁRIOS (0)**

Curtir



Revista Emilia - Todos os direitos reservados